







































## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de Implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos [et. al.]. **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BAUER. Carlos . . .[et al.].Políticas Educacionais e Discursos Pedagógicos. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- BEZERRA, Aldenice Alves. A Escola Pública no Amazonas: as políticas de 1987 a 1994/ Aldenice Alves Bezerra. – Manaus: EDUA, 2003.
- FREIRE, Paulo. Política e educação: ensaios / Paulo freire. – 6. Ed – São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 23)
- INEP/MEC. **Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário vol. 2** / Editora-chefe: Marília Costa Morosoni. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- Política Educacional. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/educacao/politica-educacional/>>
- Lei 12.513 de 26 de Outubro de 2011. Ministério de Estado e Educação. D.O.U: 27.10.2011

## Política Nacional de Plantas Medicinal e Fitoterápico: Fitoterapia na rede pública de Municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

M. J. Velozo (IC)<sup>1</sup>; M. B. S. Neto (IC)<sup>1</sup>; L. S. Santana (IC)<sup>1</sup>; M. R. F. Mello (PQ)<sup>1</sup>; A. R. Sena (PQ)<sup>1</sup>; R. M. L. Filho (PQ)<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) - Campus Barreiros -, <sup>2</sup>Professor Dr. do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) - Campus Barreiros; e-mail: [maanuel200@hotmail.com](mailto:maanuel200@hotmail.com); [lucielmasantana@hotmail.com](mailto:lucielmasantana@hotmail.com); [nevesveloso@bol.com.br](mailto:nevesveloso@bol.com.br); [marcelomello@barreiros.ifpe.edu.br](mailto:marcelomello@barreiros.ifpe.edu.br); [amandareges@barreiros.ifpe.edu.br](mailto:amandareges@barreiros.ifpe.edu.br); [rinaldo@barreiros.ifpe.edu.br](mailto:rinaldo@barreiros.ifpe.edu.br)

### RESUMO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda à integração da medicina tradicional a medicina alternativa nos sistemas públicos de saúde. As políticas públicas relacionadas às plantas medicinais avançaram significativamente nos últimos anos com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF). Considerando a importância da Fitoterapia como alternativa ao tratamento de doenças na atenção Básica e a PNPMF, o objetivo deste estudo foi realizar um levantamento acerca da utilização implementação da PNPMF na rede pública de Municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco. O estudo foi realizado em feiras

livres convencionais e agroecológicas. A ferramenta metodológica utilizada foi a entrevista semiestruturada, composta por um questionário com 25 perguntas realizadas individualmente com os gestores de Saúde e Agricultura em cada Município. Foi constatado que 70% dos agentes de saúde entrevistados não conheciam a PNPMF. Em relação aos gestores municipais, apenas dois (50%) citaram conhecer a PNPM e seus objetivos. Apesar do interesse, fica evidente a falta de conhecimentos e instrumentos para operacionalizar a fitoterapia nas redes públicas conforme precede a PNPMF.

**PALAVRAS-CHAVE:** Plantas medicinais, rede pública, PNPMF

## National Policy and Medicinal Plants Fitoterápico: Herbal Medicine at Public Zone of Municipalities of South Mata of Pernambuco.

### ABSTRACT

The World Health Organization ( WHO ) recommends the integration of traditional medicine alternative medicine in public health systems . Public policies related to medicinal plants have advanced significantly in recent years with the National Policy on Medicinal Plants and Herbal Medicines ( PNPMF ) . Considering the importance of herbal medicine as an alternative to treatment of diseases in primary care and PNPMF , the aim of this study was to conduct a survey on the use of implementation PNPMF in public Municipalities of the South Forest Zone of Pernambuco . The study was

conducted in conventional and agroecological fairs . The methodological tool was the semi-structured interview consisting of a questionnaire with 25 questions individually conducted with managers of health and agriculture in each county. It was found that 70 % of agents surveyed did not know the health PNPMF . In relation to municipal managers , only two ( 50 % ) cited the PNPM and meet your goals . Despite the interest , there is an evident lack of knowledge and tools to operationalize phytotherapy in public networks as precedes PNPMF .

**KEY-WORDS:** Herbal medicine, public network, PNPMF



## **Política Nacional de Plantas Medicinal e Fitoterápico: Fitoterapia na rede pública de Municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco.**

### **INTRODUÇÃO**

As plantas medicinais desde o início da história da humanidade são utilizadas na cura das doenças por diferentes civilizações (LIMA, 2006, BARATA, 2007).

A Fitoterapia é uma prática terapêutica milenar, presente em todas as sociedades humanas. Sendo utilizada e documentada por seu valioso conhecimento tradicional e popular decorrente de sua rica diversidade étnica e cultural. A tradição do seu uso contribui enormemente com o surgimento de medicamentos inovadores. O Brasil pela sua grande biodiversidade e amplo patrimônio genético, em grande parte não explorada, apresenta um enorme potencial de crescimento neste promissor setor (ANVISA, 2005).

A planta medicinal é definida como uma espécie vegetal, cultivada ou não, utilizada com propósitos terapêuticos, denominando-se planta fresca aquela coletada no momento de uso e planta seca a que foi precedida de secagem, equivalendo à droga vegetal (BRASIL, 2006). A legislação sanitária brasileira define fitoterápico como o medicamento obtido empregando-se exclusivamente matérias-primas ativas vegetais. (BRASIL, 2006; ANVISA, 2005).

Práticas não convencionais de atendimento primário a saúde como a fitoterapia ganham espaço em todo o mundo complementando a medicina alopática tradicional. O uso popular dessas plantas utilizadas como fármacos naturais pelas populações locais representa em muitos casos a única alternativa viável para o tratamento de doenças. (AMOROZO, 2002; SOUZA; FELFILI, 2006). Essa situação é mais evidente nos países em desenvolvimento, onde a maior parte da população não tem acesso aos medicamentos e faz uso secular de plantas (OMS, 2008).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda à integração da medicina tradicional a medicina alternativa nos sistemas públicos de saúde. Desta forma, as políticas públicas relacionadas às plantas medicinais avançaram significativamente nos últimos anos, através da aprovação da Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos (PNPMF).

Esta política tem como diretriz o uso sustentável da biodiversidade, valorização do conhecimento tradicional das comunidades e o fortalecimento da agricultura familiar. Sendo este setor, beneficiado através do fornecimento de matéria-prima para produção de fitoterápicos. Além disto, a PNPMF permite aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) o acesso a tratamentos com fitoterápicos na atenção básica.

Atualmente, 71 espécies de plantas medicinais estão sendo estudadas com possibilidade de gerar produtos fitoterápicos de interesse ao SUS para uso na atenção básica. Sendo, 12 medicamentos fitoterápicos atualmente oferecidos pelo Sistema Único de Saúde como por exemplo: *Cynara scolymus* (Alcachofra), *Glycine max* (Soja - isoflavona), *Harpagophyllum procumbens* (Garra-do-diabo), *Schinus terebinthifolius* (Aroeira-da-praia), *Uncaria tomentosa* (Unha-de-gato), *Maytenus ilicifolia* (Espinheira-santa), *Mikania glomerata* (Guaco), *Aloe vera* (Babosa), *Salix Alba* (Salgueiro), *Rhamnus purshiana* (Cáscara-sagrada), *Mentha x piperita* (Hortelã) e *Plantago ovata* Forssk (Plantago). Todos financiados com recursos da União, estados e municípios, e registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (BRASIL 2006; VEIGA-JUNIOR, 2008; SILVA; MORAES, 2008).



Apesar de criada desde 2006, a PNPMF vem sendo implementada de forma morosa em grande parte dos municípios brasileiros. Desta forma, o objetivo deste trabalho será realizar um estudo acerca da utilização da Fitoterapia e implementação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos na rede pública de Municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

## **METODOLOGIA**

O estudo foi realizado em feiras livres convencionais e agroecológicas dos municípios de Barreiros, Tamandaré, Sirinhaém, Rio Formoso e São José da Coroa Grade. Ambos, localizados na Zona da Mata Sul do Estado de Pernambuco. Até o presente momento, foram visitados os Municípios de São José da Cora Grande, Barreiros, Tamandaré e Rio Formoso.

Para avaliar o conhecimento acerca da PNPMF, utilização de fitoterápicos e levantamento etnobotânico, a ferramenta metodológica utilizada foi utilizada uma entrevista semi-estruturada, composta por um questionário com 25 perguntas realizadas individualmente com os gestores de Saúde e Agricultura em cada Município (Secretário de Saúde, Secretário de agricultura, agentes de saúde e população local). Sendo esclarecido com os mesmos o objetivo do estudo e solicitado à assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido (ALBUQUERQUE et al., 2008). As perguntas formuladas foram objetivas e tendo ênfase a PNPMF, utilização de plantas medicinais/fitoterápicos (origem, forma de obtenção, utilização, cultivo, tradições, beneficiamento, indicação terapêutica e armazenamento) e perfil dos usuários. Todas as variáveis foram analisadas de acordo com a frequência e número de citações.

Para a análise dos dados foi utilizado o programa Microsoft Office Excel® 2010, sendo realizada a estatística descritiva a partir da codificação por tabulação simples, distribuição de porcentagens, tabelas e figuras.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foi constatado dentre os 57 agentes de saúde entrevistados nos Municípios de São José, Barreiros, Tamandaré e Rio Formoso um conhecimento parcial sobre a PNPMF. Sendo os Municípios de São José e Barreiros apresentando um conhecimento dos agentes de saúde de 70% sobre a PNPMF. No Município de Tamandaré foi observado um desconhecimento de todos os entrevistados. Essas informações refletem a importância de uma maior difusão das políticas relacionadas a plantas medicinais e fitoterápicos, especialmente com os profissionais das redes públicas de saúde municipais (Tabela 1.).

O Município de Rio Formoso apresentou o maior número de entrevistados que utilizam ou verificam a utilização de plantas medicinais pela população local. Praticamente, em todos os Municípios visitados os entrevistados mostraram um desconhecimento sobre a possibilidade de uso da fitoterapia pelo SUS na atenção básica.

Entretanto, grande parte dos entrevistados demonstrou grande interesse em conhecer melhor a PNPMF e a fitoterapia disponibilizada pelo SUS a população local. O efeito colateral pela utilização de plantas medicinais foi citado em três municípios, ressaltando o cuidado que deve-se ter na utilização de plantas medicinais ou prescrição de fitoterápicos (Tabela 1.).





**Tabela 1.** Entrevista semiestruturada realizada com agentes de saúde dos Municípios de São José da Coroa Grande, Barreiros, Tamandaré e Rio Formoso.

Municípios	Entrevistados (agentes)	Conhece a PNPMF	Utilização das plantas (observação)	Conhece as Plantas do SUS	A fitoterapia é importante	Observou efeito colateral
São José	09	07	07	02	09	04
Barreiros	08	06	07	04	07	01
Tamandaré	14	0	10	02	12	0
Rio Formoso	26	08	17	02	24	05

Atualmente, 12 medicamentos fitoterápicos são oferecidos pelo Sistema Único de Saúde. Sendo eles, *Cynara scolymus* L. (Alcachofra), *Glycine max* (L) Merr. (Soja), *Harpagophyllum procumbens* D.C. (Garra-do-diabo), *Schinus terebinthifolius* Raddi. (Aroeira-da-praia), *Uncaria tomentosa* (Willd) D.C. (Unha-de-gato), *Maytenus ilicifolia* Martius et Reissek (Espinheira-santa), *Mikania glomerata* Spreng (Guaco), *Aloe vera* (L.) Burm. F. (Babosa), *Salix Alba* L. (Salgueiro), *Rhamnus purshiana* D.C. (Cáscara-sagrada), *Mentha piperita* L. (Hortelã) e *Plantago ovata* Forssk (Plantago). Todos estes Financiados com recursos da União, estados e municípios, os medicamentos podem ser manipulados ou industrializados, e devem possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (SILVA e MORAES, 2008; SUS, 2013).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda à integração da medicina tradicional com a medicina alternativa nos sistemas públicos de saúde com foco na atenção básica. Assim, as políticas públicas relacionadas às plantas medicinais deveriam estar bem mais difundidas nas redes públicas municipais, em particular, tendo como suporte a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos (PNPMF) (OMS, 2008).

Em relação aos gestores municipais, dentre os quatro municípios visitados, apenas dois citaram conhecer a PNPMF e seus objetivos. Entretanto, apenas no Município de Rio Formoso foi verificado uma ação no âmbito de plantas medicinais a anos atrás que atualmente não existe mais. Foi possível observar que todos os gestores apresentam interesse na Fitoterapia em seu município, porém, fica evidente ainda a falta de maiores conhecimentos ou instrumentos para operacionalizar a fitoterapia em suas redes públicas conforme precede a PNPMF (Tabela 2.).

**Tabela 2.** Entrevista semiestruturada realizada com gestores de saúde dos Municípios de São José da Coroa Grande, Barreiros, Tamandaré e Rio Formoso.

Municípios	Tipo de gestor (cargo)	Conhece a PNPMF	Conhece os objetivos da	O município apresenta ação	Apresenta interesse no governo	Você acha importante e a fitoterapia	Utiliza plantas medicinais ou fitoterápicos
------------	------------------------	-----------------	-------------------------	----------------------------	--------------------------------	--------------------------------------	---



			Política				
<b>São José</b>	Secretário de saúde	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
<b>Barreiros</b>	Secretária de saúde	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
<b>Tamandaré</b>	Secretário de saúde	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
<b>Rio Formoso</b>	Secretário de saúde	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Em relação aos gestores municipais, dentre os quatro municípios visitados, apenas dois citaram conhecer a PNPM e seus objetivos. Entretanto, apenas no Município de Rio Formoso foi verificado uma ação no âmbito de plantas medicinais a anos atrás que atualmente não existe mais. Foi possível observar que todos os gestores apresentam interesse na Fitoterapia em seus município, porém, fica evidente ainda a falta de maiores conhecimentos ou instrumentos para operacionalizar a fitoterapia em suas redes públicas conforme precede a PNPMF.

## CONCLUSÃO

As ações decorrentes da Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, manifestadas em um Programa, são imprescindíveis para a melhoria do acesso da população a plantas medicinais e fitoterápicos. Permitindo o desenvolvimento tecnológico desta cadeia, além da valorização da biodiversidade brasileira. Paralelo a isto, também surge a importância de valorizar e preservação o conhecimento tradicional das comunidades que detém o conhecimento sobre o cultivo e utilização das plantas medicinais.

Os municípios estudados demonstraram não ter conhecimento acerca da PNPMF em sua plenitude através dos seus gestores e agentes de saúde. Entretanto, mostram interesse em iniciar ações voltadas a este setor. Em particular valorizando a agricultura familiar local e população conforme preconizado pela OMS e a PNPMF.

O presente estudo iniciou um processo de sensibilização junto aos gestores Municipais acerca das políticas setoriais voltadas a cadeia produtiva das plantas medicinais. A operacionalização desta cadeia no âmbito municipal parecer ser hoje o principal entrave.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. *Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica*. Recife, Comunigraf Editora/Nupeea. 2008.

ALVES, E. O.; MOTA, J. H.; SOARES, T. S.; VIEIRA, M. do C.; SILVA, C. B. da. *Levantamento etnobotânico e caracterização de plantas medicinais em fragmentos florestais de Dourados-MS. Ciência e Agrotecnologia*, Lavras, v. 32, n. 2, p. 651-658, 2008.



AMOROZO, M. C. de M. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antonio do Levérger, MT, Brasil. *Acta Botanica Brasílica*, São Paulo, v.16, n.2, p.189-203, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Plantas medicinais e fitoterápicos: Uma resposta nacional*. Curitiba, Brasil. Disponível em: <[www.anvisa.gov.br/institucional/anvisa/atas/2005:23\\_120705.htm](http://www.anvisa.gov.br/institucional/anvisa/atas/2005:23_120705.htm)>. Acesso em: 11/03/2011.

Básica. 2006. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica*. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 92 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2006. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica*. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 92 p.

CONDEPE-FIDEM. Região de Desenvolvimento da Mata Sul de Pernambuco. Disponível em: <<http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepeFidem>>, Acesso em: 11/03/2013.

CONDEPE-FIDEM. *Região de Desenvolvimento da Mata Sul de Pernambuco*. Disponível em: <<http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepeFidem>>, Acesso em: 11/03/2013.

Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (DAF/SCTIE/MS). Fev. 2009. Disponível em [http://189.28.128.100/portal/arquivos/pdf/RENISU\\_S.pdf](http://189.28.128.100/portal/arquivos/pdf/RENISU_S.pdf). Acesso em: 11/03/2013.

FRANCESCHINI FILHO, S. *Plantas terapêuticas*. São Paulo: Editora Organizações Andrei, 2004.

GUARIM NETO, G.; SANTANA, S.R., SILVA, J. V. B. *Notas etnobotânicas de espécies de Sapindaceae Jussieu*. *Acta Botanica Brasílica*. v. 14, n.3, p. 327-334, 2000.

IBGE. Banco de dados Agregados. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, Acesso em: 11/03/2013.

GURI-FAKIM, A. *Medicinal plants: traditions of yesterday and drugs of tomorrow*. *Molecular Aspects of Medicine*, [S.I.], v. 27, p. 1-93, 2006.

MONTELES, R.; PINHEIRO, C. U. B. *Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica*. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 38-48, 2007.

RENISUS. *Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS*. Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (DAF/SCTIE/MS). Fev. 2009. Disponível em [http://189.28.128.100/portal/arquivos/pdf/RENISU\\_S.pdf](http://189.28.128.100/portal/arquivos/pdf/RENISU_S.pdf). Acesso em: 11/03/2013.

RODREGUES, A. G.; DE SIMONI, C. *Plantas medicinais no contexto de políticas públicas*. *Informe Agropecuário*, Belo Horizonte, v. 31, n. 255, p. 7-12, mar./abr. 2010.

RODREGUES, A. G.; SANTOS, M. G.; DE SIMONI, C. *Fitoterapia na saúde da família*. In: *Sociedade Brasileira de Medicina de Família e comunidade (org.)*. Programa de Atualização em





Medicina de Família em Comunidade (POMEF). Porto Alegre: Artmed/Panamericana, 2011. p.31-65

SILVA, S. M.P.; MORAES, I. F. *Agricultura familiar e o programa Nacional de plantas medicinais e Fitoterápicos: como a política Pública poderá viabilizar esta Cadeia produtiva*. Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária. P.67-76. 2008.

TEIXEIRA, S. A.; MELO, J. I. M.. *Plantas medicinais utilizadas no município de Jupi, Pernambuco, Brasil*. Iheringia, Porto Alegre, v.61, n.1-2, p.5-11, Jan./Dez. 2006. Série Botânica.

VEIGA-JUNIOR, V.F.; MELLO, J.C.P.. *As monografias sobre plantas medicinais*. Rev Bras Farmacogn , v.1, p. 464-471, 2008.

VEIGA-JUNIOR, V.F.; MELLO, J.C.P. *As monografias sobre plantas medicinais*. Rev Bras Farmacogn , v.1, p. 464-471, 2008.

VIEIRA, R.F. *Coleta e conservação de recursos genéticos de plantas medicinais*. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA E TERAPIAS NATURAIS*, 1., 1994, -Brasília. Trabalhos...São Paulo: Instituto Médico Seraphis, 1994. p.44-49.

WILSON, E. O. *A situação atual da diversidade biológica*. In: *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 3-24.

